DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFESSORES DE APOIO NO ENSINO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Autor(res)

Márcia Fernandes Pinheiro De Ávila
Grazielle Da Silva Perez
Bianca Do Nascimento Barros
Ana Clara Santos Damaso
Mariana Carlos Macedo Marques
Rayssa Kedna Cavalcante Ferreira

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A inclusão de alunos com deficiência intelectual (DI) é prevista pela Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), que garante o direito de frequentar escolas regulares. Contudo, a efetivação desse direito exige mais do que a matrícula: requer adaptações pedagógicas, suporte especializado e transformações no ambiente escolar (MANTOAN, 2003). Estudos mostram que, embora avanços legislativos tenham ocorrido, ainda prevalece uma inclusão superficial, marcada por lacunas estruturais e culturais (GLAT; PLETSCH, 2010). Os professores de apoio são figuras centrais nesse processo, mas enfrentam desafios como sobrecarga de trabalho, falta de recursos e ausência de apoio emocional (SASSAKI, 1997; PLETSCH, 2014). Diante disso, compreender suas dificuldades é fundamental para avaliar os limites da inclusão e propor caminhos de transformação.

Objetivo

Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores de apoio no ensino de alunos com deficiência intelectual e refletir sobre o papel do psicólogo escolar no fortalecimento da inclusão educacional.

Material e Métodos

O estudo foi realizado em uma escola estadual de Uberlândia/MG. A metodologia incluiu:
1. Entrevistas semiestruturadas com professora de apoio e vice-diretor, abrangendo formação, recursos pedagógicos, relações interpessoais e suporte institucional.
2. Observação sistemática de quatro horas em uma turma do 1º ano do ensino médio, acompanhando três alunos com DI e a atuação da professora de apoio.
3. Revisão bibliográfica, com base em autores como Mantoan (2003), Glat e Blanco (2007), Pletsch (2014) e documentos legais (Lei nº 13.146/2015; LDB nº 9.394/1996).
As entrevistas foram gravadas e transcritas, e as observações registradas em diário de campo, permitindo análise cruzada entre discurso institucional e prática escolar.

Resultados e Discussão

Os resultados revelaram uma inclusão escolar marcada por contradições. Apesar da legislação, a professora de apoio precisou improvisar materiais adaptados com recursos próprios e como visto em (NUNES et al., 2020) essa realidade contrasta com as diretrizes de tecnologia assistiva que objetivam promover funcionalidade para a participação de pessoas com deficiência. A heterogeneidade dos alunos com DI exigia estratégias diferenciadas, mas os professores regentes raramente faziam adaptações, delegando a inclusão à professora de apoio. Esse cenário configura o que Mittler (2003) denomina 'integração sem inclusão'. As falas coletadas e as observações evidenciaram isolamento profissional, sobrecarga de trabalho e falta de suporte psicológico. Embora houvesse psicóloga escolar, sua atuação limitava-se aos alunos, desconsiderando as demandas emocionais dos docentes. Essa lacuna reforça uma inclusão marginal (MARTINS, 2002), na qual o discurso institucional não corresponde à prática cotidiana. O papel do psicólogo escolar emergiu como ponto crítico. Sua atuação poderia incluir mediação de conflitos, apoio emocional aos professores e promoção de formações continuadas, conforme previsto pelo Conselho Federal de Psicologia (2019). Sem esse suporte, a inclusão depende exclusivamente da resiliência dos professores de apoio, o que aumenta o risco de esgotamento.

Conclusão

O estudo demonstrou que a inclusão de alunos com DI ainda é limitada por barreiras estruturais, culturais e institucionais. A professora de apoio investigada, mesmo qualificada, enfrentou sobrecarga, falta de recursos e ausência de colaboração docente. Os resultados indicam que a inclusão requer investimento em tecnologias assistivas, planejamento coletivo, formação continuada e apoio psicológico institucionalizado. Portanto, a inclusão escolar será efetiva quando passar a constituir um compromisso coletivo, respaldado por políticas públicas consistentes e práticas pedagógicas colaborativas.

Referências

AAIDD. Retardo Mental: definição, classificação e sistemas de apoio. Porto Alegre: Artmed, 2006.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Brasília, DF: MEC, 2020.
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução CFP nº 006/2019. Brasília, DF: CFP, 2019.
GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
GLAT, R.; PLETSCH, M. D. Educação inclusiva: cultura e práticas escolares. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
MARTINS, L. A. R. Inclusão marginal: contradições na prática educacional inclusiva. São Paulo: Cortez, 2002.
MITTLER, P. Educación inclusiva: contextos sociales. Madrid: Narcea, 2003.
NUNES, L. R. O. P. et al. Tecnologia assistiva para a educação. São Paulo: Cortez, 2020.
PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva. Educar em Revista, Curitiba, n. 53, p. 143-156, 2014.
SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.